

SELETIVIDADE POR SEXO NA ATIVIDADE INDUSTRIAL BRASILEIRA NOS ANOS 2000.

Resultado de investigação finalizada

GT 11: Gênero, desigualdades e cidadania.

Luís Abel da Silva Filho

Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA). Pesquisador do Observatório das Metrôpoles, núcleo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Economia pela UFRN.

Silvana Nunes de Queiroz

Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-IFCH/NEPO)

Resumo:

As transformações sociais vislumbradas em todo o mundo orientaram o importante papel desempenhado pela mulher na sociedade, ao longo dos anos. A luta por direitos, alavancada pelos movimentos feministas, tem repercussão em sua entronização na vida política e, principalmente, no mercado de trabalho. Com base nesse ponto de vista, este trabalho tem como objetivo analisar e comparar a participação feminina e masculina, na indústria brasileira, segundo características socioeconômicas e demográficas. O recorte temporal compreende os anos de 2001 e 2010. Tendo em vista seu objetivo, o estudo, inicialmente, retoma uma revisão de literatura e em seguida recorre ao banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE. Os resultados mostram crescimento expressivo da participação feminina no mercado formal de trabalho brasileiro, já que sua participação foi superior à masculina em todos os setores de atividade econômica selecionados. Porém, a rotatividade no emprego industrial é mais elevada para as mulheres e, apesar de mais escolarizadas, há maior concentração delas nas faixas mais baixas de remuneração, em confronto com a participação masculina.

Palavras-chave: mercado de trabalho, mulher, indústria, Brasil.

1. Considerações iniciais

As transformações ocorridas em âmbito econômico, social e cultural, tem permitido maior inserção feminina nas decisões em sociedade. A luta por direitos, alavancada pelos movimentos feministas, tem repercussão na entronização da mulher na política social. A maior participação na vida política e no mercado de trabalho resulta de um processo irreversível, que envolve a sociedade em todos os seus aspectos e em todo o mundo.

No mercado de trabalho brasileiro, ainda que lento, é evidente o crescimento da participação feminina na População Economicamente Ativa (ela passou de 44,4%, em 2003, para 46,1%, em 2011) e População Ocupada (aumento de 43% para 45,4%, no referido intervalo), segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE, 2012). Questões relacionadas à necessidade de complementação de renda familiar ou, em muitos casos, à chefia de domicílios, além do desejo de independência financeira, orientam o ingresso feminino no mercado de trabalho (BRUSCHINI & LOMBARDI, 2000; WAJNMAN & PERPÉTUO, 1997; LEONE, 2003; BRUSCHINI, 2006; 2007; LEONE & BALTAR, 2010).

Entretanto, em termos ocupacionais, elas são maioria no desemprego aberto e ocupam postos de trabalho de menor projeção social, sobretudo em atividades do setor terciário, embora atestem, ainda, bastante representatividade no trabalho informal ou feito por conta própria (SILVA FILHO, 2011; SILVA FILHO & CLEMENTINO, 2011). Além disso, mesmo quando mais escolarizadas ou responsáveis por cargos semelhantes aos dos homens, auferem rendimentos menores que o deles (BRUSCHINI & PUPIN, 2004). Conforme o IBGE, em 2011, no Brasil, o salário feminino era cerca de 28% inferior ao masculino. Vê-se daí, que a igualdade no mercado de trabalho brasileiro, ainda, não se consolidou, apesar de sua evolução desde os anos de 1970.

O presente artigo objetiva analisar e comparar, no período recente, a participação feminina e masculina na indústria nacional, segundo características socioeconômicas e demográficas. O recorte temporal compreende os anos de 2001 e 2010, o primeiro e o último ano da primeira década do século XXI. A fonte de dados provém da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), que disponibilizam informações do mercado de trabalho formal de todo o país.

O artigo se justifica por contribuir para o assunto atual e relevante no tocante à inserção feminina na indústria, já que esta se tipifica como o setor da atividade econômica com maior capacidade de projeção social, embora se caracterize também pela seletividade quanto a sexo, com pequena participação feminina, apesar da evolução desta em anos recentes.

Em função do objetivo proposto, o artigo está estruturado em cinco seções, constituindo a primeira essas considerações iniciais. A segunda retoma a discussão acerca da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro; a terceira analisa a participação feminina no mercado formal de trabalho brasileiro segundo a região geográfica e os setores de atividades econômicas; na quarta, analisa-se e se compara a distribuição da mão de obra feminina, vis-à-vis com a masculina, empregada na indústria formal brasileira, por idade, escolaridade, tempo no emprego, tamanho do estabelecimento e rendimento. Na última, tecem-se as considerações finais.

2. Inserção feminina no mercado de trabalho: breves considerações

O avanço das relações socioeconômicas e culturais permitiu maior participação das mulheres nas decisões em sociedade. O *status* dela não a figura como no papel de mãe e dona de casa, mas de protagonista, responsável por tomada de decisões, em todos os setores, quer eles públicos, quer privados. Esse processo tido como irreversível é fruto do constante movimento feminista, da luta por direitos que lhes são negados, durante séculos, em todo o mundo.

No mercado de trabalho, as conquistas femininas se materializam na independência financeira, na complementaridade da renda familiar ou na chefia de domicílios. Quando se alude a anos pretéritos, tem-se a maior participação das mulheres na PEA, bem como na sua inserção em ocupações de maior projeção social e econômica, mesmo que timidamente (BRUSCHINI, 2007; LEONE & BALTAR, 2010; SILVA FILHO & CLEMENTINO, 2011; SILVA FILHO *et al*, 2012).

Transformações no âmbito da demografia também tiveram influência importante no ingresso da mulher no mercado de trabalho. Maior expectativa de vida ao nascer em comparação aos homens, redução significativa no número de filhos tidos, com implicações diminutivas no tamanho da família brasileira, em certa medida, contribuíram para o maior empoderamento e autonomia da mulher (BILAC, 1994; BERQUÓ & CAVENAGHI, 2004; BRUSCHINI, 2007). Tudo isso –mudança de papel da mulher na família, menor taxa de fecundidade e melhor nível de instrução – foi decisivo na consolidação da participação feminina no mercado de trabalho.

Contudo, o aumento do ingresso feminino no mercado de trabalho nacional, se processou de forma excludente. Se, por um lado, há registros crescentes de sua participação no setor, por outro, é

possível constatar que elas ocupam postos de trabalhos precários, de menor projeção social, sob condições de informalidade, por conta própria e com remuneração média inferior à masculina (GONÇALVES *et al.*, 2004; SILVA FILHO, 2011; SILVA FILHO & CLEMENTINO, 2011; SILVA FILHO *et al.*, 2012).

Conforme Gonçalves *et al.* (2004), entre 1992 e 2002 a participação feminina no mercado informal de trabalho foi acentuadamente elevada. Além disso, a elevação das mulheres que trabalham por conta própria também se acentuou nos mesmos anos. Isso implica, formas de ingresso delas no mercado de trabalho sob situações precárias e sinaliza a continuidade de seleção por sexo em trabalho de maior projeção e com garantias dos direitos mínimos instituídos em lei.

De fato, a inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro é caracterizada pela discriminação sexual, pela seletividade das vagas, com ocupações em setores específicos da atividade econômica. Além disso, não obstante as mudanças nos padrões sociais, a execução de trabalhos domésticos, na maioria das vezes, é tarefa desenvolvida apenas pelas mulheres nos domicílios, sendo pouca a participação masculina, sobretudo em atividades rotineiras (BRUSCHINI, 2006; 2007).

3. Caracterização regional do mercado de trabalho e locação da mão de obra por setor de atividade econômica

No que concerne à atuação profissional da força de trabalho no Brasil, é possível perceber o nível de disparidade entre homens e mulheres. Algumas das profissões são essencialmente ocupadas pela mão de obra masculina e há pouca participação feminina nesses postos de trabalho. Conforme alguns estudos desenvolvidos acerca da distribuição dos postos e das condições de trabalho por sexo no Brasil, é relativamente elevada a participação de homens ocupando postos de trabalho de maior projeção social, em detrimento da participação feminina.

A superioridade masculina é acentuadamente elevada, não apenas na indústria, mais em todos os setores, sobretudo no emprego. De acordo com os dados da tabela 01, os homens ocupados são maioria em todos os setores de atividade econômica definidos pelo IBGE, no ano de 2001. Na indústria, 73,0% dos ocupados são homens contra 27,0% de mulheres. Já na construção civil foi registrada a maior disparidade naquele ano, com 92,6% de ocupados masculinos contra 7,4% do sexo feminino. Além disso, no comércio destaca-se a maioria masculina (62,2%) em comparação com a feminina (37,8%). O setor de serviços registrou a menor disparidade relativamente ao sexo dos ocupados: 51,1% do sexo masculino contra 48,9% do feminino; na agropecuária essa disparidade se elevou: 87,5% de homens e 12,5% de mulheres.

Alguns estudos confirmam que em certos setores de atividade econômica, sobretudo naqueles em que se faz necessária a força física para atuação, caso da construção civil e da agropecuária, há elevada incidência de mão de obra masculina. Além disso, esses setores também ocupam mão de obra com baixos índices de escolaridade e apresentam elevados índices de rotatividade (movimento de entrada e saída) no mercado de trabalho. Nesse caso, a menor inserção de mão de obra feminina é sobremaneira prejudicial às mulheres com menores níveis de instrução e que necessitam de inserir-se no mercado de trabalho.

Em virtude dessas circunstâncias, há políticas de inserção mínima de mulheres em setores de atividade econômica que atuam com mão de obra predominantemente masculina. Novaes (2009) destaca que alguns sindicatos de trabalhadores atuantes na produção canavieira no estado de São Paulo defendem uma quantidade mínima de mulheres (10,0%) nas atividades de plantio e colheita. Por causa disso, parte das mulheres sem opções de trabalho, por conta do baixo nível de escolaridade sobretudo, encontram oportunidade de incrementar a renda domiciliar diante da proteção mínima instituída por esses órgãos de defesa de trabalhadores. Todavia, é pertinente destacar que esse nível mínimo de

contratação não está regimentado em outros setores de atividade, ficando ao sabor da oferta e demanda do mercado.

Tabela 01: número de ocupados formais por setor de atividade econômica e sexo: Brasil - 2001/2010

Setor - IBGE	MAS		FEM		MAS		FEM		Var%- Mas- 2001- 2010	Var%- Fem- 2001- 2010
	2001				2010					
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		
Indústria	3.934.961	73,0	1.455.971	27,0	5.986.296	70,4	2.512.906	29,6	52,1	72,6
Cons. Civil	1.048.553	92,6	84.402	7,4	2.319.169	92,4	189.753	7,6	121,2	124,8
Comércio	2.792.712	62,2	1.694.292	37,8	4.848.084	57,8	3.534.155	42,2	73,6	108,6
Serviços	7.711.968	51,1	7.381.031	48,9	11.408.540	49,0	11.859.855	51,0	47,9	60,7
Agropecuária	949.588	87,5	136.136	12,5	1.190.669	84,5	218.928	15,5	25,4	60,8

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

No ano de 2010, houve redução relativa da participação masculina formalmente ocupada em todos os setores de atividade econômica no Brasil. Porém, a leve redução ainda não foi suficiente para igualar, no tocante ao sexo, a população economicamente ativa. Na indústria, as mulheres ocupam menos de 30,0% dos postos formais de trabalho; na construção civil, elas são menos de 8,0%. No comércio, a participação feminina elevou-se comparativamente à masculina: em 2010, 42,2% dos postos de trabalho. Porém, foi no setor de serviços que elas passaram a ser maioria: 51,0% dos postos de trabalho são ocupados por elas. A agropecuária continua a registrar a maioria absoluta do sexo masculino em seus quadros profissionais; as mulheres ocupavam 15,5% dos postos de trabalho.

Com o cenário acima apresentado, fica evidente a superioridade masculina na ocupação de postos formais de trabalho. Considerando-se que o emprego formal é absolutamente superior (em termos qualitativos) ao informal, vê-se que as mulheres ainda participam relativamente pouco do mercado formal de trabalho brasileiro, sendo maioria apenas no setor de serviços e, mesmo assim, só no ano de 2010. Destarte, ainda parece distante a igualdade de sexo no mercado de trabalho formal brasileiro, carecendo, portanto, de maior participação feminina em postos de trabalho formais, já que eles têm garantia mínima de direitos trabalhistas concedidos pela CLT.

No que se refere à concentração regional por sexo, os dados da tabela 02 mostram a forte concentração de vagas ocupadas na indústria, pela mão de obra masculina em todas as regiões do país. Esses diferenciais de ocupados por sexo persistem em todos os anos aqui observados. Só no Nordeste se viu ser leve a redução das mulheres no conjunto dos ocupados no setor industrial.

O que se tem, de fato, é que, com exceção do Sul do Brasil, nas demais regiões menos de 30% dos postos de trabalho industriais eram ocupado por mulheres, no ano de 2001. Essa baixa participação feminina no setor industrial brasileiro ainda é um gargalo à promoção de igualdade por sexo no mercado de trabalho. Sabe-se, portanto, que, esse setor de atividade econômica é responsável pelos melhores postos de trabalho formais do país e concentram as melhores oportunidades de projeção social dos que o ocupam.

Tabela 02: número de ocupados por sexo na indústria segundo as macrorregiões: Brasil - 2001/2010

Região	Indústria - 2001				Indústria - 2010				Var%- Mas- 2001- 2010	Var%- Fem- 2001- 2010
	MAS		FEM		MAS		FEM			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		
Norte	130.095	78,0	36.729	22,0	239.560	76,1	75.185	23,9	84,1	104,7
Nordeste	504.243	74,2	175.043	25,8	868.908	74,5	297.371	25,5	72,3	69,9
Sudeste	2.172.744	74,0	762.776	26,0	3.200.583	71,6	1.266.573	28,4	47,3	66,0
Sul	946.157	69,1	422.259	30,9	1.353.347	64,4	747.166	35,6	43,0	76,9
C. Oeste	181.722	75,4	59.164	24,6	323.898	71,9	126.611	28,1	78,2	114,0

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

É imprescindível destacar que a participação relativa das mulheres ocupadas na indústria, segundo a região geográfica, ainda é relativamente baixa quando comparada à masculina. Mesmo que em todas as regiões, com exceção do Nordeste, a mão de obra feminina tenha se elevado relativamente à masculina, elas ainda eram menos de 30% nas ocupações industriais brasileiras, com exceção do Sul, no ano de 2010.

Nesse aspecto, o que se tem é a forte disparidade entre o sexo dos ocupados na indústria, sendo, fenômeno, evidenciado como persistente em todas as regiões do país. A leve redução das disparidades registrada ainda não é suficiente para se supor a continuidade da redução da desigualdade de sexo entre homens e mulheres na indústria. As evidências empíricas plotadas na tabela 02 apresentam os fortes indícios de superioridade masculina na ocupação industrial brasileira tanto no início quanto no final da década em tela.

No que se refere à distribuição de trabalhadores na indústria brasileira, segundo o porte do estabelecimento, os dados da tabela 03 asseguram que, em 2001, as maiores participações masculinas foram em estabelecimentos de médio porte (28,5%), e as das mulheres em estabelecimentos de pequeno porte (27,9%). Por outro lado, as menores participações para os homens se deram na indústria de micro porte (18,5%), já para as mulheres, na de grande porte (22,1%).

Tabela 03 - Número de ocupados na indústria, por sexo e tamanho do estabelecimento Brasil – 2001/2010.

Tamanho Estabelecimento	2001				2010				Var% -Mas- 2001-2010	Var% -Fem- 2001-2010
	MAS		FEM		MAS		FEM			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		
Micro	727.670	18,5	327.157	22,5	951.120	15,9	498.273	19,8	30,7	52,3
Pequeno	984.024	25,0	405.547	27,9	1.391.66	23,2	666.221	26,5	41,4	64,3
Médio	1.121.55				1.567.39					
Grande	1	28,5	401.256	27,6	4	26,2	627.918	25,0	39,8	56,5
Total	1.101.71				2.076.12					
	6	28,0	322.011	22,1	1	34,7	720.494	28,7	88,4	123,7
	3.934.96	100,	1.455.97	100,	5.986.29	100,	2.512.90	100,		
Total	1	0	1	0	6	0	6	0	52,1	72,6

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Em 2010, houve mudanças em relação a 2001 quanto à distribuição de trabalhadores por porte do estabelecimento. Tanto a participação masculina (34,7%) quanto a feminina (28,7%) sobressaíram na indústria de grande porte. Por sua vez, diminuiu a proporção para ambos os sexos em estabelecimentos de pequeno porte, que tiveram a menor participação de trabalhadores. Esta dinâmica possivelmente decorre dos incentivos do Governo Federal, com o intuito de recuperar o crescimento econômico do país, após a crise do último trimestre de 2008, que se prolongou até o primeiro trimestre de 2009 (Aparício, Queiroz, 2012), adotando uma série de estímulos, através da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados para automóveis e para a linha branca (geladeiras, fogões e máquinas de lavar), intensificando o consumo e a produção desses itens no Brasil.

4. Perfil demográfico e socioeconômico dos ocupados na indústria brasileira

No tocante às características demográficas e socioeconômicas dos ocupados na indústria formal brasileira, inicialmente, na tabela 04, chama atenção a evolução na criação de vagas, que passaram de 5.390.932 milhões de trabalhadores para 8.499.202 milhões, no período compreendido entre 2001 e 2010, respectivamente. Quanto à participação, segundo o sexo, no primeiro ano, 73,0% dos postos de trabalhos eram ocupados por homens, contra 27,0% pelas mulheres. Estes diferenciais mostram a seletividade por sexo e corroboram as informações descritas na revisão bibliográfica.

Tabela 04 - Número de ocupados na indústria, segundo o sexo do trabalhador, Brasil - 2001/2010.

Sexo	Indústria		Indústria		Var % 2001-2010
	2001		2010		
	ABS	%	ABS	%	
Masculino	3.934.961	73,0	5.986.296	70,4	52,13
Feminino	1.455.971	27,0	2.512.906	29,6	72,59
Total	5.390.932	100,0	8.499.202	100,0	57,66

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da RAIS/MTE.

No ano de 2010, as estatísticas ratificam a maior participação masculina, consolidando a seletividade na indústria. Mesmo com o ligeiro aumento na proporção feminina, respondendo por aproximadamente 30,0% das vagas, contra 27%, em 2001, o que se tem, de fato, é a persistência da disparidade entre os sexos, com a superioridade masculina tanto no início quanto no final da década em tela.

Quanto à participação da força de trabalho na indústria, segundo a idade, nota-se relativa semelhança entre a distribuição dos ocupados. Em 2001, ambos os sexos registraram maior concentração de trabalhadores com idade entre 30 e 39 anos, sendo 30,7% para os homens e 31,5% para as mulheres. A faixa de 25 a 29, bem como a de 40 a 49 anos, também concentrou participação significativa tanto de homens quanto de mulheres (tabela 05).

Tabela 05 - Número de ocupados na indústria, por sexo e faixa etária Brasil – 2001/2010.

Idade	2001				2010				Var% -Mas- 2001- 2010	Var% -Fem- 2001- 2010
	MAS		FEM		MAS		FEM			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		
Até 17 anos	52.432	1,3	22.995	1,6	59.424	1,0	30.182	1,2	13,3	31,3
18 a 24 anos	896.225	22,8	365.023	25,1	7	20,0	518.988	20,7	33,9	42,2
25 a 29 anos	712.034	18,1	286.087	19,6	4	18,9	503.145	20,0	59,0	75,9
30 a 39 anos	1.209.03	30,7	457.965	31,5	7	29,1	781.021	31,1	44,0	70,5
40 a 49 anos	763.723	19,4	250.633	17,2	7	19,7	482.867	19,2	54,4	92,7
50 a 64 anos	284.892	7,2	71.079	4,9	644.729	10,8	191.590	7,6	126,3	169,5
65 ou mais	16.111	0,4	2.055	0,1	29.972	0,5	5.109	0,2	86,0	148,6
{ ñ classificado }	511	0,0	134	0,0	16	0,0	4	0,0	-96,9	-97,0
	3.934.96	100,	1.455.97	100,	5.986.29	100,	2.512.90	100,		
Total	1	0	1	0	6	0	6	0	52,1	72,6

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Em 2010, não foram constatadas alterações relevantes, com a predominância de homens e de mulheres na faixa etária de 30 a 39 anos, além dos grupos etários de 25 a 29 e de 40 a 49 anos de idade. Porém, foi notório o crescimento para os ocupados do sexo masculino (126,3%) e feminino (169,5%), na faixa etária de 50 a 64 anos. Aqueles com 65 anos ou mais também surpreenderam, especialmente no caso das mulheres que aumentaram de 2.055 trabalhadoras para 5.109, com variação de 148,6% contra 86% para os homens, entre 2001 e 2010, respectivamente.

O envelhecimento da mão de obra feminina possivelmente é reflexo da entrada tardia no mercado de trabalho, devido à maior permanência na escola ou à falta de políticas públicas para o primeiro emprego. Outro motivo refere-se à importância do rendimento de pessoas idosas que, em muitos casos, complementam a renda do domicílio ou são sua única fonte. Tais pessoas optam por adiar a aposentadoria, permanecendo mais tempo na ativa.

No tocante à escolaridade, os dados da tabela 06 revelam melhora no nível educacional do trabalhador da indústria brasileira, para ambos os sexos, sendo que as mulheres se revelam mais

instruídas, confirmando as afirmações descritas na revisão bibliográfica. A elevação na escolaridade foi sobremaneira acentuada para a força de trabalho com o ensino fundamental completo, sendo que tanto em 2001 quanto em 2010 registraram-se os seguintes movimentos: homens evoluíram de 20,7% para 42,2%, respectivamente; e mulheres progrediram de 23,2% para 42,9%, respectivamente. Analisando os extremos, comprova-se a melhor qualificação feminina. Em 2010, havia 0,9% de homens analfabetos ocupados na indústria contra somente 0,3% das mulheres na mesma condição. Com relação ao ensino superior completo, os homens representavam 7,1% e as mulheres 9,4%.

Tabela 06 - Número de ocupados na indústria, por sexo e escolaridade Brasil – 2001/2010.

Escolaridade	2001				2010				Var% -Mas- 2001- 2010	Var% -Fem- 2001- 2010
	MAS		FEM		MAS		FEM			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		
Analfabeto	87.760	2,2	15.105	1,0	52.884	0,9	8.158	0,3	-39,7	-46,0
Até 5 ^a Incompleto	299.532	7,6	60.725	4,2	293.251	4,9	64.220	2,6	-2,1	5,8
5 ^a Comp. Fund.	490.763	12,5	152.874	10,5	328.233	5,5	110.181	4,4	-33,1	-27,9
6 ^a a 9 ^a Fund.	724.678	18,4	276.957	19,0	651.011	10,9	261.855	10,4	-10,2	-5,5
Completo	790.199	20,1	304.836	20,9	907.271	15,2	381.727	15,2	14,8	25,2
Médio Incom.	400.280	10,2	164.395	11,3	602.056	10,1	262.270	10,4	50,4	59,5
Médio					2.525.84		1.077.24			
Completo	813.850	20,7	337.407	23,2	3	42,2	8	42,9	210,4	219,3
Sup. Incom.	109.438	2,8	50.732	3,5	190.996	3,2	107.857	4,3	74,5	112,6
Sup. Completo	218.461	5,6	92.940	6,4	426.762	7,1	235.640	9,4	95,3	153,5
Mestrado	0	0,0	0	0,0	6.647	0,1	3.230	0,1	0,0	0,0
Doutorado	0	0,0	0	0,0	1.342	0,0	520	0,0	0,0	0,0
Total	3.934.96	100,	1.455.97	100,	5.986.29	100,	2.512.90	100,		
	1	0	1	0	6	0	6	0	52,1	72,6

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Quanto ao tempo de permanência no emprego, os ocupados na indústria brasileira são afetados por elevada rotatividade, com a maioria de homens e de mulheres a permanecerem por menos de 1 ano nos postos de trabalho, nos dois anos analisados (tabela 07). Em 2001, 30,8% dos homens deixaram o emprego em menos de 1 ano, contra 34,2% das mulheres. Em 2010, os registros conferem resultados mais elevados para ambos os sexos. A participação masculina elevou-se para 34,3% enquanto a feminina atingiu 38,2%. Estes resultados revelam quão vulnerável é o mercado de trabalho industrial brasileiro, quando se observa o elevado número de trabalhadores, especialmente as mulheres, deixando os seus postos de trabalho em curto período de tempo.

Tabela 07 - Número de ocupados na indústria, por sexo e faixa de tempo no emprego Brasil – 2001/2010.

Tempo no emprego	2001				2010				Var% -Mas- 2001- 2010-	Var% -Fem- 2001-
	MAS		FEM		MAS		FEM			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		

									2010	2010
	1.210.10				2.050.32					
Menos de 1 ano	3	30,8	497.974	34,2	1	34,3	960.234	38,2	69,4	92,8
+ de 1 e - de 2										
anos	674.481	17,1	289.972	19,9	897.729	15,0	435.093	17,3	33,1	50,0
+ de 2 e - de 3										
anos	392.379	10,0	162.989	11,2	648.465	10,8	297.843	11,9	65,3	82,7
+ de 3 e - de 5										
anos	514.657	13,1	188.278	12,9	782.996	13,1	324.105	12,9	52,1	72,1
+ de 5 e - de 10										
anos	571.153	14,5	190.628	13,1	833.815	13,9	304.473	12,1	46,0	59,7
10 ou mais anos	571.711	14,5	126.037	8,7	770.960	12,9	190.650	7,6	34,9	51,3
{ ão classificado }	477	0,0	93	0,0	2.010	0,0	508	0,0	321,4	446,2
	3.934.96	100,	1.455.97	100,	5.986.29	100,	2.512.90	100,		
Total	1	0	1	0	6	0	6	0	52,1	72,6

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Quando se analisam os maiores tempos de permanência no emprego, a tendência é a diminuição na estabilidade para ambos os sexos. Em 2001, 14,5% dos homens estavam empregados há 10 anos ou mais, caindo esse índice para 12,9%, em 2010. As mulheres são a esse respeito mais vulneráveis, com participações de 8,7%, em 2001, e 7,6%, em 2010.

Vê-se assim que o cenário no mercado de trabalho industrial brasileiro apresenta tendência de empregos de curto prazo, com trabalhadores que não conseguem construir carreira na empresa, dado o pouco período de tempo para se destacar. Em linhas gerais, a elevada rotatividade afeta o trabalhador, sobretudo pelo baixo investimento em treinamento e capacitação, pelo receio, em muitos casos, que tem o empregador de investir e ter o vínculo de trabalho encerrado ou de elevar os custos de produção e incorrer em redução dos lucros.

Alguns autores acreditam que incentivos como o seguro desemprego e as rescisões de contratos estimulam a saída dos postos de trabalho precocemente. Porém, o maior dano é para o trabalhador, que não constrói vínculo duradouro e perde a oportunidade de aprendizado, que poderia ser adquirida com a continuidade no emprego. Além disso, julgam que a ausência de treinamentos para a força de trabalho por parte do empregador não ocorre, principalmente, pela instabilidade dos vínculos de trabalhos no Brasil.

Em relação à remuneração da força de trabalho industrial, em 2001, os principais registros mostram concentração elevada entre a faixa de mais de 1,0 até 7,0 SM, agregando 78,4% da mão de obra masculina e 89,1% da feminina. Na faixa de mais de 2,0 a 4,0 SM, os homens são maioria (34,7%) e as mulheres tem maior participação na faixa de rendimento inferior, que vai de 1,0 a 2,0 SM (40,9%). Nas melhores faixas de rendimento elas são minoria, em comparação aos homens, que, na soma das três últimas faixas participaram com 12%, enquanto elas com somente 4,9%.

Esses resultados, mais uma vez, revelam a seletividade no mercado de trabalho, neste caso, na indústria brasileira. As mulheres apesar de mais escolarizadas, concentram-se nas piores faixas de rendimentos, ou têm menor participação nas faixas salariais mais elevadas.

Tabela 08 - Número de ocupados na indústria, por sexo e faixa de remuneração média Brasil – 2001/2010.

Remuneração média (SM)	2001				2010				Var% -Mas- 2001-2010	Var% -Fem- 2001-2010
	MAS		FEM		MAS		FEM			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		
Até 1 SM	75.381	1,9	38.170	2,6	158.963	2,7	111.988	4,5	110,9	193,4
Mais de 1 a 2 SM	1.030.23				2.449.67		1.685.67			
Mais de 2 a 4 SM	4	26,2	685.282	47,1	0	40,9	0	67,1	137,8	146,0
Mais de 4 a 7 SM	7	34,7	488.717	33,6	3	32,3	423.038	16,8	41,3	-13,4
Mais de 7 a 10 SM	690.131	17,5	122.623	8,4	728.626	12,2	123.770	4,9	5,6	0,9
Mais de 10 a 15 SM	292.791	7,4	46.399	3,2	254.375	4,2	49.845	2,0	-13,1	7,4
Mais de 15 a 20 SM	227.101	5,8	35.772	2,5	179.250	3,0	37.444	1,5	-21,1	4,7
Mais de 20 SM	96.057	2,4	16.738	1,1	77.863	1,3	15.788	0,6	-18,9	-5,7
{ñ classificado}	149.195	3,8	19.529	1,3	102.289	1,7	14.484	0,6	-31,4	-25,8
	7.474	0,2	2.741	0,2	103.667	1,7	50.879	2,0	1287,	1756,
	3.934.96	100,	1.455.97	100,	5.986.29	100,	2.512.90	100,	0	2
Total	1	0	1	0	6	0	6	0	52,1	72,6

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Ainda na tabela 08, é possível observar a piora nos salários dos ocupados na indústria brasileira, para ambos os sexos. Em 2010, aumentou a participação relativa de trabalhadores a auferirem rendimento nas faixas mais baixas e diminuiu a participação dos que se achavam nas melhores faixas. Homens (85,4%) e mulheres (88,8%) permaneceram se concentrando nas faixas entre mais de 1,0 até 7,0 SM. Contudo, em 2001, eles foram maioria na faixa de mais de 2,0 a 4,0 SM, baixando para a faixa entre 1,0 a 2,0 SM (40,9%), no último período em análise. As mulheres, em 2001, já predominavam recebendo entre 1,0 a 2,0 SM (47,1%), remunerações essas que, em 2010, subiram para 67,1%. Ademais, reduziu-se a proporção de trabalhadores nas faixas de rendimentos mais elevados: com somente 6% (contra 12%, em 2001) dos homens e 2,7% (contra 4,9%, em 2001) das mulheres nas três últimas faixas salariais, com descenso, em 2010, mais intenso para os homens.

Assim, de um lado, intensificou-se a precarização do emprego industrial, que sofre com a ausência de ações sindicais no processo de contratação, mesmo se tratando de trabalhadores no emprego formal; e, de outro lado, essa precarização afeta tanto homens quanto mulheres, sendo elas as mais atingidas.

5. Considerações finais

Este estudo teve como objetivo principal analisar a participação feminina no mercado de trabalho industrial brasileiro, comparada à masculina. Os dados oriundos da RAIS/MTE mostraram

haver participação acentuadamente elevada de homens ocupados, em detrimento das mulheres, no emprego formal. Porém, pode-se ratificar, a partir dos dados, a maior taxa de crescimento em postos formais de trabalho para as mulheres em todos os setores ora observados.

Além disso, faz-se oportuno destacar que em todas as regiões, com exceção do Nordeste, assistiu-se à maior taxa de crescimento do emprego industrial para mulheres entre 2001 e 2010. Entretanto, elas são minoria nos postos de trabalho industrial, não chegando, sequer, a 30% em nenhum dos anos do recorte temporal. Percebe-se, então, que um dos setores de maior projeção social no trabalho é acentuadamente seletista no que se refere ao sexo dos ocupados formais.

Em relação à faixa etária, não se percebeu disparidade significativa entre homens e mulheres. Todavia, independentemente do sexo, o mercado de trabalho formal brasileiro é acentuadamente seletista no tocante à idade dos ocupados. Normalmente, a maioria de ocupados se concentra entre 30 e 39 anos de idade, com maior vulnerabilidade de jovens e idosos na grande maioria dos setores nacionais de atividade econômica – o que também foi constatado no emprego industrial.

Quanto à rotatividade no emprego industrial, as mulheres são maioria em todos os anos do recorte observado. Destarte, são elas vítimas do maior movimento de ajuste da força de trabalho à demanda de mercado. Ou seja, mais de 30% no primeiro ano e aproximadamente 40% no segundo ano deixaram seus postos de trabalho em menos de 1 ano de ocupadas.

Faz-se, ainda oportuno destacar que há maior escolaridade na força de trabalho industrial feminina, ou seja, as mulheres se concentram nas faixas mais elevadas em detrimento da força de trabalho masculina. No entanto, elas são minoria nas faixas de remuneração mais elevadas. Com isso, tem-se que, mesmo com melhores níveis de escolaridade, a mão de obra feminina atuante na indústria é detentora relativamente dos menores salários praticados no mercado.

Inferese daí a seletividade por sexo na indústria brasileira, diante dos dados plotados ao longo do trabalho. Necessita-se, portanto, de política de promoção de igualdade entre os sexos, sobretudo no que concerne ao mercado de trabalho, já que se tem maior inserção feminina anualmente na PEA do país e que elas devem atuar nesse mercado em situação de igualdade.

6. Referencias bibliográficas

ALVES, C. L. B.; VALOIS, I. da S.; QUEIROZ, S. N. Emprego industrial feminino no Ceará na década de 1990. In: X Encontro Nacional de Estudos do Trabalho: balanço e perspectivas do trabalho no Brasil, 2007, Salvador/BA. Anais do X Encontro Nacional de Estudos do Trabalho - ABET, 2007.

APARÍCIO, C. A. P.; QUEIROZ, S. N. Mercado de trabalho pós-crise: comparação entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Fortaleza (2009 e 2010). In: MOREIRA, I. T.; OLIVEIRA, R. V. (Org.). Cenários da crise e do trabalho no Brasil. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2012, v. 1, p. 157-187.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Mapeamento socioeconômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. Anais... Caxambu: ABEP, 2004.

BILAC, E. D. Trabalho e reprodução cotidiana: Apresentação. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, (11)2, 1994.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, n.110, p.67-104, jul. 2000.

BRUSCHINI, M. C. A.. Trabalho e gênero no Brasil nos último dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, nº 132, p. 537-572. Set/dez, 2007.

BRUSCHINI, M. C. A.. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? Revista Brasileira de Estudos de População, v.24, n. esp., 2006. discussão n. 764.

IKEDA, Marcelo. “Segregação por gênero” no mercado de trabalho formal. In: Revista do BNDES, vol.7, n.13, junho/2000, Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

IBGE (2012). Pesquisa Mensal de Emprego – PME. Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf. Acesso em 21.03.2013.

LAVINAS, Lena. Emprego Feminino: o que há de novo e o que se repete. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.40, n.1, p.41-63, 1997.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. E. de A.. População ativa, mercado de trabalho e gênero na retomada do crescimento econômico. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 17., 2010, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2010.

LEONE, E.T. 2003. O trabalho da mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: M.W. PRONI; W. HENRIQUE (orgs.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo, Editora UNESP; Campinas, SP, Instituto de Economia da UNICAMP, p. 199-230.

MELO, H. O trabalho industrial feminino. Rio de Janeiro: IPEA. 2000. Texto para

SILVA FILHO, L. A.; CLEMENTINO, M do L. M.. Considerações sobre o perfil sócio-ocupacional nas regiões metropolitanas do Nordeste – 2001/2008. XII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET). *Anais...* João Pessoa – PB, 2011.

SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, S. N. Seletividade Por Sexo na Indústria Têxtil Cearense e Norte-Rio-Grandense: Avaliação Empírica nos Anos de 1998/2008. In: 62ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, 2010, Natal - RN. Ciências do Mar: Heranças para o Futuro, 2010.

WAJNMAN, S. PERPÉTUO, I.H. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, 1997.